

FORMAÇÃO INICIAL DOCENTE: ENTRE CRENÇAS E PERSPECTIVAS

Ana Maria Dutra Pereira; Ruan Igor Silva de Araújo; Henrique Miguel de Lima Silva

Universidade Estadual da Paraíba - ccha@uepb.edu.br

RESUMO

O presente artigo surge à luz da inquietação do autor em analisar e compreender melhor os desafios da prática docente nas últimas décadas, e, sobretudo, refletir acerca da perspectiva da formação de professores no século XXI. O trabalho apresenta uma contribuição ousada para que haja uma transformação decisiva na identidade profissional do professor formador, este que carrega consigo uma arte, o que não implica em afirmar que não deixa de ser responsabilidade, principalmente em se tratando de um contexto enorme fincado no viés político-social. Tal construção se dá pela própria formação do indivíduo e, por conseguinte uma formação política, haja vista que se faz (ou se edifica) cidadãos formadores de opinião e críticos, uma vez que, com uma base consolidada de um professor educador, e não apenas um professor de natureza tênue. Para isto, pressupomos que atividade docente deve ser fundamentada no intuito de encontrar a práxis na execução da docência de forma crítica, situada e reflexiva. Fundamentamos nossa pesquisa em Freire (1996), Baumam (2009), Kleiman (2009,2012), Brasil (1996, 1998,2014), dentre outros, no intuito de refletir sobre as necessidades e desafios na formação docente no contexto da sociedade pós-globalizada. Ressaltamos que para que haja qualidade na prática docente, ensino, pesquisa e extensão são fundamentais e devem ser constantes nos mais variados níveis de atuação docente, sobretudo, na educação básica, considerando que os Parâmetros Nacionais de Ensino de Língua Portuguesa afirmam sobre a importância da sala de aula ser um espaço crítico para construção de saberes e práticas. Dessa maneira, acreditamos que essa inquietação contribui diretamente no direcionamento do perfil de docentes que almejamos para o sistema educacional como um todo.

Palavras-chave: educação, prática docente, crenças, ensino.

INTRODUÇÃO

Sabemos que em diversos momentos históricos a sociedade se pergunta onde estava e qual é a contribuição do professor para mediar, principalmente conflitos; e nessa perspectiva é que vem a tona a razão de se valorizar em todos os sentidos esse profissional. O conhecimento tornou-se uma das ferramentas mais importantes do mundo, e é nessa linha que entra em cena a figura protagonista do professor, capaz de fazer do homem um grande atuante articulador diante do mundo; no entanto, a peça-chave (professor) não é bem vista por uma parcela da sociedade que detém o poder, pois é sabido que nesse aspecto, a atuação deste profissional torna mais difícil a alienação de um povo.

E, por conseguinte, fomentar e investir maciçamente na participação do professor implica em tocar nas discussões políticas de um povo, o que explica o desinteresse de muitos governantes com a educação pública, e claro, com o professor, gerando uma deficiência na atividade e profissionalização docente, e conseqüentemente, uma insuficiência na qualidade do ensino.

Portanto, no desenvolvimento deste trabalho se dará em tratar pautas a respeito de como se dá a preparação dos futuros professores enquanto acadêmicos, e os desafios intrínsecos da profissão no Brasil; e como se tem dado as investigações que compõe todo esse processo à luz das análises de diversos teóricos que já estudaram sobre (já que nossa pesquisa é bibliográfica), atentando para os pontos de vistas e a natureza desses estudos acerca da interpelação e poder que eles possuem para o desenvolvimento e prestígio do professor.

Diante disso, o nosso trabalho tem em vista o intuito de colaborar oferecendo novos questionamentos e colocações para se somar aos demais levantamentos que serão externados no decorrer do mesmo, possibilitando assim uma manifestação de ideias e surgimento de outras discussões do processo de formação docente.

FORMAÇÃO DOCENTE NOS DIAS ATUAIS

Inúmeras são as causas que levam a pensar no paradigma da formação inicial do professor, uma vez que, constata-se que a formação inicial dos professores insere-se em uma constante fase de mudanças e reestruturação baseadas em leis e/ou programas que viabilizam melhores rendimentos para a educação e para formação dos futuros atuantes no magistério, contendo também impasses desgastantes que contribuem para a não atuação dos planos a serem traçados e desenvolvidos.

Há algumas décadas a formação do professor entrou em constante fase de reestruturação, uma vez que, a atuação no campo escolar passou a vigorar novas regras, as quais impossibilita atuação de professores sem uma formação adequada, esse passo foi dado com a criação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), lei 9394/96, no ano de 1996, que determina uma nova história à formação dos professores, de forma que o nível de formação docente seja ampliado, promovendo assim que a formação seja realizada em universidades, instituições de educação superior com uma quantidade exata de aulas destinadas especificadamente ao curso estudado, visando uma melhoria significativa ao aprendizado dos sujeitos da ação, assim decreta a lei 9394/96, no art. 62:

A formação de docentes para atuar na Educação Básica far-se-á em nível superior, em curso de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

Neste momento de avanço quanto à formação docente, acentua e determina as normas que habilita a atuação no magistério, o lugar em que se dará, em instituições superiores ou universidades, os quais serão destinados apenas para formação de profissionais; nessa perspectiva estava centrado também o modelo educacional de formação continuada, o que legitima um estudo contínuo para atuação em sala de aula, fugindo um pouco do modelo educacional voltado ao tradicional.

Por conseguinte, é perceptível verificar várias mudanças quanto à formação inicial do professor, a cada ano o sistema de educação se atualiza e surgem novos modelos, novas leis que buscam sempre uma significativa melhoria para a educação. Em 1998 foi criada no estado de Santa Catarina uma nova lei complementar, denominada lei nº 170 a qual decreta segundo o art.53 os objetivos do ensino superior, entre os mesmos têm-se: “Continuar a formação cultural e profissional dos cidadãos pela promoção de formas adequadas de extensão cultural”, que diz respeito aos conhecimentos que o profissional deve está sempre inovando, tanto os conhecimentos culturais quanto os profissionais, ainda como objetivo, a lei ainda menciona: “formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar na sua formação continuada”, resumidamente, pode-se dizer que foi adotado ao estado mencionado que, o profissional enquanto educador buscará em sua formação uma continuidade, de forma que busque sempre melhoria no âmbito da mediação dos conhecimentos de sua carreira.

Atualmente a formação docente está inserida em um modelo educacional divergente ao modelo tradicional de educação, com a criação do Plano Nacional de Educação (PNE), no ano de 2014, decretado pela lei nº 13.005, que aborda dez diretrizes que englobam todo o sistema educacional, inclusive a formação inicial docente. Também estão envolvidas vinte metas à lei, e permanecerá por dez anos na educação brasileira, dentre elas: formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; ou seja, frisa na orientação dos temas a serem desenvolvidos durante a formação dos que atuarão em sala de aula.

É perceptível que a temática aqui tratada passou por várias fases, e que no contexto atual encontra-se em um modelo bastante atualizado e mais eficaz, uma vez que durante a formação inicial é oferecido ao docente diversas oportunidades que contribuirão de forma significativa para seu desenvolvimento e seu crescimento, como: a oportunidade de participar de projetos de pesquisas científicas, pesquisa aplicada, projetos esses que contribuem de maneira significativa para o crescimento profissional. Também são oferecidas, conforme a lei 13.005 (PNE): “Promover o intercambio científico e tecnológico nacional e internacional, entre as instituições de ensino, pesquisa e extensão”, e vale salientar que esses projetos que são oferecidos contribuem responsavelmente para a aprendizagem dos discentes em iniciação a docência.

Porém, em meio a tantas mudanças e inovações no sistema educacional sobre formação de professores, ainda há um impasse configurante, uma vez que, atualmente no modelo educacional de ensino ainda há um quadro considerável de fragilidade quanto à qualidade de ensino que os iniciantes da docência obtém em sua formação, mesmo diante de tantas modalidades a serem revigoradas, seja devido as questões do tipo: do ambiente de ensino que deixa a desejar, a questão da estrutura envolvendo todos os âmbitos, e também dos recursos humanos e financeiros.

DILEMAS E DESAFIOS DA PRÁTICA DOCENTE

O professor é sujeito de sua própria formação, uma vez que, é no contato com a academia, ainda cursando a graduação que se aprende e incorpora as práticas pedagógicas a serem desenvolvidas (executadas) num futuro próximo; pela gama de identidades e pluralidade que circundam ou que estão inseridas no universo universitário é que o professor em sua trajetória passa a internalizar e aprimorar seus conceitos e práticas no ambiente escolar. A entrada também na carreira, de acordo com Tardif (2002, p.11), “[...] é um período

realmente importante na história profissional do professor, determinando inclusive seu futuro e sua relação com o trabalho”; já que os primeiros passos dessa fase são determinantes para a atuação e podendo determinar se deve continuar ou não na profissão.

Valendo-se dos “enfrentamentos” inerentes a docência no século XXI, sobretudo nas últimas décadas, é que se pode fazer um tímido diagnóstico do sistema educacional brasileiro, este que por sua vez está inteiramente interligado a função do professor de um modo geral, e nesse sentido, para Cavaco (1993), “os primeiros anos parecem efetivamente deixar marcas profundas na maneira como se pratica a profissão”, e é por isso que o período inicial da carreira é primordial para o professor se tornar um grande profissional, por isso não se deve abominar esse exercício dos ‘primeiros passos’, já que, portanto, é nele que se constata as dificuldades e se tem a possibilidade de contorná-las e a chance de reelaborar aquilo que ficou a desejar, portanto, tudo é aprendido da experiência vivida na docência e deve ser encarada com valor.

No espectro de problemática que passa a educação brasileira é que surge a necessidade de verificar os pontos que levam/levaram a um cenário bastante embaraçado e incompreensível, que é constatado pela vivência da profissão e do meio educacional, fatos que também são corroborados pelos levantamentos de rankings e índices elaborados pelo próprio Estado brasileiro e por renomados institutos internacionais que se debruçam sobre educação de vários países, como é o caso da UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), que é uma agência das Nações Unidas que apoia dentre tantas coisas, a educação, e faz constantemente o estudo dos indicadores da qualidade dela.

Nesse aspecto, é relevante mencionar uma análise mais consistente acerca da atribuição que os estudos científicos, e, sobretudo, a sociedade faz a respeito dos encargos e competências que se atribui ou recai nos “ombros” do professor brasileiro, notado de muito trabalho, produção de atividades extraclasse e afins, não considerando ou não atribuindo as mazelas da educação pública brasileira e suas anomalias ao condicionamento desses problemas.

Tal discussão não permite ignorar nenhum fato dessa problemática, que por vezes parece já ter se ‘entranhado’ na educação básica brasileira, com inúmeras deficiências de tal formação docente, e como sendo esta, crucial para os atritos que respigam com forte intensidade a educação brasileira.

Exige-se muita luta e ardor para o “novo” professor, ou aquele que está ‘batendo a porta’ para adentrar na função de educador no Brasil; não é querer problematizar ou alimentar um estereótipo do ‘ser professor brasileiro’, mas, na verdade, é mostrar o retrato como

verdadeiramente é e se encontra a tarefa da docência em solo brasileiro. Huberman (1992) aborda sobre a questão do reconhecimento que a iniciação na docência seja um período de grandes aprendizagens e desafios para o professor, podendo ou não traumatizá-lo e superar as dificuldades da profissão. O impacto que se tem ao dar os primeiros passos na sala de aula é uma descoberta, pois ao perceber as nuances que se passa a sentir, a tal descoberta ameniza as dificuldades, de modo que, o “choque de realidade” em sua volta é capaz de fazer com que o docente faça uma ressignificação de sua prática de trabalho, visando a melhoria de suas ações na sala de aula.

O Brasil possui uma dívida histórica com a educação brasileira, isto porque, desde sempre, nunca se pensou num país potencialmente robusto e desenvolvido através de um projeto de nação com investimentos grandiosos e bem aplicados (mais importante); e partindo desse pressuposto é que se evidencia a posição e realidade do professor nas escolas brasileiras, o que comprova a situação paradoxal entre os que apresentam uma ‘educação’ e o outro lado, da ‘outra educação’, factível, que é sentida e lidada no cotidiano que o professor vivencia.

Numa análise mais crítica a respeito dos desafios do professor no século XXI, faz-se necessário colocar em pauta também a questão da(s) responsabilidade(s) que o ‘ser professor’ carrega, pois não basta o peso que se sente no dia a dia da sala de aula em lidar com pessoas de diferentes posições e pensamentos, ainda é adicionado a tal peso os apontamentos e críticas de uma massa da sociedade que insere na figura docente uma “marca”: de conduzir um povo e seus problemas, sentenciando o educador como o precursor de tudo que for nocivo que acontecer na sociedade.

Há um leque de pontos a serem discutidos em torno dos dias de hoje, ou melhor, dos dilemas e desafios que se voltam a uma categoria que já vivenciou, sentiu e sente na “carne” a opressão de diversas formas; e um primeiro ponto que é bastante debatido é a remuneração, ou a baixa remuneração paga pro exercício do magistério, e isso se configura no passado, presente e futuro de uma temática de muitos debates e embates, ficando de um lado, geralmente o governante, e do outro, o professor; esses lados estão sempre em oposição, ou quase sempre, pois o contraponto para os outros fatores de desafios da docência partem desse impasse já na valorização de um piso salarial que se constitui hoje em dia como lei federal que rege as demais leis nesse âmbito.

A estrutura do espaço escolar, o suporte de uma equipe pedagógica, o apoio técnico, gestor e administrativo da instituição são determinantes para o avanço da educação, e tudo isso são condicionantes para a efetivação de uma educação que se reflete na vida do educador e na constituição de uma formação plena e solidificada do exercício do magistério. E mesmo com todos os percalços sentidos na docência, é relevante analisar que tiveram alguns avanços que se deram/dão gradualmente; as políticas governamentais relacionadas a formação inicial docente vem se estruturando e se moldando com várias amplitudes, a exemplo da formação continuada oferecida virtualmente com a chamada: Educação a Distância (EaD), a qual se constitui numa ferramenta facilitadora, capaz de oferecer mais disponibilidade ao professor que vive guerreando diante do dilema do tempo em sua vida.

POR UMA PRÁXIS CRÍTICA, INOVADORA E REFLEXIVA

Nos últimos tempos, sobretudo nas últimas décadas, tem sido muito sondada a questão que envolve a didática do professor brasileiro, e no que concerne a isso surgiu inúmeras análises que estão em detrimento da formação pedagógica do professor, e em se tratando desse ponto, é relevante questionar o seguinte: o futuro professor estará desenvolvendo uma prática que de fato atenda a demanda do ensino atual?

Paulo Freire, grande educador brasileiro, em suas investigações fala a respeito do quão importante é ser um educador reflexivo, isto é, um professor que está à inteira disposição de um ensino que esteja alinhado à prática inovadora; nesse mesmo âmbito, os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (1998) vem reforçar essa modalidade, e transgredir um novo modelo para o educador, no qual esteja inserido em uma prática reflexiva, capaz de romper o modelo tradicional de ensino implementado a tanto tempo, que apenas depositava o conteúdo de forma brusca, descontextualizada e deixando de lado esse patamar, inferindo uma prática inovadora, capaz de fazer com que o aluno reflita, interprete e compreenda.

Nessa perspectiva, evidentemente torna claro que o sujeito é dono de sua criticidade, e está apto a coloca-la em prática; nessa linha o professor será um mediador de conhecimentos que permite ao seu alunado a capacidade de expor e aceitar as diferentes opiniões, os diferentes pensamentos e pontos de vista, cabe salientar que, ao fazer a leitura de um texto, o formando tem o direito de declarar sua autonomia diante do fato, não apenas recebe e

decodifica o que o professor profere, e, dessa forma, antes de qualquer coisa, é missão do educador solicitar, incentivar seu aluno a realização de leituras contextualizadas, para adentrarem com afinco nessa prática reflexiva, como bem ressalta Angela Kleiman (2012, p.21) “[...] à própria formação precária de um grande número de profissionais da escrita que não são leitores, tendo, no entanto, que ensinar a ler e gostar de ler”. O que fica claro, que para formar um profissional da escrita, necessariamente tem que envolve-los em leituras e ensina-los a tomar gosto pela mesma, o que torna diante dessa colocação um grande desafio para o educador dessa área, tendo em vista, muitas vezes o aluno é desprendido do ato de ler.

E um ponto crucial do que se tanto aborda sobre uma pedagogia que revolucione a educação está inteiramente ligada a metodologia, mas principalmente, a perspectiva do docente para lidar com uma sala de aula de diferentes perfis e senso comum. E diante disso, o professor na maioria das vezes (com um cenário desconcertante, como é esse que se vê nas duas últimas décadas) transparece que ele não tão facilmente conseguirá implementar ou posicionar-se de maneira reflexiva, da maneira como o próprio Freire frisa: atuante; e isto porque, para ele, não é o fato da educação brasileira enfrentar muitos percalços que o professor não irá mudar tal cenário, mas sim de que um educador que possui um grande poder na vida dos educandos, tem uma força de libertação, por isso se fala em educação revolucionária, e é Paulo Freire que propõe o método condicionante a fim de se chegar a uma verdadeira aprendizagem, capaz de tornar o aluno um ser integrante, formador de opinião, e, conseqüentemente um cidadão que defenda suas posições perante a sociedade.

Dessa forma, se pensa em uma mudança revigorante de se fazer educação no Brasil, com perspectivas e estratégias que primeiramente busque investir na formação do professor que está de fato iniciando gradativamente o exercício da docência, cabendo aqui salientar a importância que tem um professor na vida dos indivíduos, tendo em vista que, a educação é algo complementar na vida de qualquer pessoa, e que possibilita rendimento tanto no crescimento social, quanto individual, dessa forma constata-se o quão é importante uma formação acadêmica de qualidade, a qual possibilite essa constante intervenção, a possibilidade de preservar as condições de melhores escolhas significativas e relevantes, como afirma Bauman (2009), “é preciso uma educação ao longo da vida para nos permitir a possibilidade de escolhas, e ainda mais para preservar as condições que tornam as escolhas possíveis e as colocam ao nosso alcance”. Nesta perspectiva, reforça ainda mais a grandiosidade que se tem em formar bons profissionais, corroer todos os desafios por eles encontrados, pois os docentes assumem um papel crucial na vida de todos, e na sociedade.

Tem-se combatido muito o discurso nos últimos tempos de uma prática pedagógica de “ensinar por ensinar”, e não é de hoje que grandes educadores, sociólogos e estudiosos se debruçaram e debruçam sobre a atuação do professor brasileiro, ou sobre aquilo que está intrínseco na postura didática deste; e a despeito de tal aspecto é importante mencionar Paulo Freire, um dos expoentes da educação mundial, e mais do que isso, do sistema educacional brasileiro, em se tratando da “das estratégias de ensino” do professor.

Freire acreditava numa educação propositiva, a fim de se reformar profundamente o processo de ensino e escola, e o pressuposto que ele visionara e exercia era implementar na formação do professor que este desenvolvesse um ensino de caráter inovador, que fugisse do que alguns teóricos cientistas da educação chamam “ensino pelo ensino”, sem instigar o aluno a pensar, progredir e difundir o pensamento, e assim desenvolver a autonomia que todo e qualquer cidadão deveria ter.

E os estudos e posicionamentos de Freire permitiram expandir as investigações acerca dessa temática, dando uma real contribuição para o processo de formação dos professores na universidade e também das formações continuadas, essenciais para boa qualidade de ensino e profissional. Em consonância ao que Freire defendia e colocava em prática, estava também dimensionada a preocupação da prática de autoridade recorrente de fontes ou correntes de prática pedagógica de ensino, e ao lançar e propagar a vertente atrelada à liberdade e equiparação do professor-aluno na sala de aula; a quebrar o paradigma de um contexto real de um ensino calçado na autoridade do professor é que surge pelas ideias de Freire o uso dos termos: educador e educando, a fim de mostrar que o que se devia adotar era uma prática sadia que lograsse numa educação potencialmente revolucionária para que os discrepantes desafios da sociedade fossem maculados.

Ao término desse estudo podemos perceber que a formação dos iniciantes ao exercício ao magistério, embora a todos os avanços já obtidos ao longo dos tempos, ainda deixa muito a desejar no que diz respeito à uma formação de qualidade, com significados relevantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É perceptível todos os avanços configurados na formação inicial dos professores ao longo dos anos, tendo em vista que foram mudanças significativas ao sistema da educação brasileira, desde a criação da Lei de Diretrizes e Bases de 1998, que estipulou um ambiente

propício para formar os profissionais do magistério, um período determinado a cada fase, especialmente para a formação inicial até a criação do Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado e sancionado no ano de 2014 com duração de vigência de dez anos, o que consta que estará vigorando na educação brasileira até 2024, destacando também os cursos de formação a distância, que facilita bastante a vida de muitos profissionais.

Porém, o sistema de formação docente ainda comporta um quadro significativo de carência, levando em consideração as precariedades encontradas, seja no âmbito da instituição, como é o caso da desestruturação escolar, na falta de recursos necessários para a formação, falhas nas condições de propor e colocar a frente à educação continuada, a desvalorização do profissional da educação, que conta muito para o desestímulo do profissional em dar o seu melhor para um futuro promissor, são causas que necessitam de um olhar mais burocrático, mais atencioso, pois, atrapalham o desenvolvimento dos futuros educadores que tanto vem se esforçando e lutando contra esses “atropelos” encontrados em sua formação inicial.

REFERÊNCIAS

ANDRADE , Camila Maria Pereira de Oliveira. **A Prática de Iniciação à Docência na Formação do Pedagogo na ufrn**. Universidade Estadual da Paraíba, 2015.

BAUMAN, Z. **Vida líquida**. 2. ed. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BRASIL, **Lei complementar** N° 170, de 07 de agosto de 1998, Santa Catarina, Diário Oficial, 1998. Disponível em http://secon.udesc.br/leis/lei_170-1998.htm

BRASIL, **Lei de diretrizes e bases LEI N° 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. disponível: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf

BRASIL. <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>

BRASIL, **O Plano Nacional de Educação em movimento**, 2014/2024. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/>

Cavaco (1993, p. 114) apud GABARDO, Cláudia Valéria. HOBOLD, Márcia de Souza. **Início da docência: investigando professores do ensino fundamental**. Volume 03 / n. 05 ago.-dez. 2011.

FREITAS, Luis Carlos de. **A Política de Formação de Professores no Brasil e suas implicações na prática pedagógica**. v. 1.n. 1. Ponto de Vista. julho/dezembro de 1999

Huberman (1992) apud GABARDO, Cláudia Valéria. HOBOLD, Márcia de Souza. **Início da docência: investigando professores do ensino fundamental. Volume 03 / n. 05 ago.-dez. 2011**

KLEIMAN, Angela. **Oficina de leitura – Teoria e prática.** 14. ed. Campinas, SP – Pontes Editores, 2012.

SOARES , Nívia Vieira Coutinho. SANTOS , Déborah dos. **O princípio ético na formação docente: conhecimentos e práxis.** Disponível em:
http://midia.unit.br/enfope/2013/GT8/O_PRINCIPIO_ETICO_NA_FORMACAO_DOCENTE_CONHECIMENTOS_E_PRAXIS.pdf

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

Disponível em:
<http://www.pucsp.br/sites/default/files/download/posgraduacao/programas/educacaomatematica/palestra-problemas-novas-perspectivas-form-professores-br-2013.pdf>

<http://g1.globo.com/educacao/noticia/brasil-cai-em-ranking-mundial-de-educacao-em-ciencias-leitura-e-matematica.ghtml>